

**Contexto**

- O avanço dos radicalismos de direita, sobretudo na Alemanha e Itália, não lograram acabar com as democracias liberais que ainda imperavam na maior parte dos governos na Europa Ocidental e EUA: nestes países, a solução para a crise passou, portanto, por uma intervenção maior do Estado na economia e no estabelecimento de reformas sociais – a construção do Estado Providência.
- A crise económica de 1929, dada a sua gravidade e amplitude, tornou evidente que o liberalismo económico não era promotor da riqueza social. Ou seja, a crença que as crises cíclicas do capitalismo permitiam resolver os desequilíbrios gerados pela economia de mercado livre, regulando naturalmente a oferta e a procura, sem qualquer intervenção do Estado, deixou de ser uma possibilidade consistente.
- A recuperação económica, depois da depressão de 1929, foi lenta e difícil. As falências e as quedas do investimento inviabilizavam qualquer relançamento da economia. John Keynes, economista britânico, alertou para a necessidade de intervenção do Estado nas actividades económicas de forma a corrigir os inconvenientes sociais da aplicação do liberalismo. Assim, o Estado, deveria assumir um papel ativo de organizador da economia e de regulador do mercado, interferindo também na assistência social. Nesta perspectiva, o Estado deveria:
 - Assumir uma política de investimento económico;
 - Lutar contra o entesouramento;
 - Controlar os processos inflacionários, controlar os preços;
 - Auxiliar as empresas;
 - Impedir o desemprego crónico de forma a relançar a procura e a produção de bens;
 - Promulgação de leis sobre os salários, leis laborais e sociais;
 - O Estado surge como empresário e produtor de serviços públicos.
- Em 1932, Roosevelt, democrata, é eleito presidente dos EUA, tendo prometido tentar aplicar as teorias defendidas por Keynes (ampliando, por exemplo, a oferta de trabalho). A este conjunto de medidas, levadas a cabo neste contexto e baseadas no intervencionismo de Estado, designou-se de «New Deal» (*nova distribuição*); O «New Deal» tinha como objectivo central fazer os EUA recuperar da crise económica dos anos trinta;

<p>A política intervencionista nos EUA: O «New Deal»</p>	<p>□ «New Deal» apresenta essencialmente duas fases:</p> <p><u>Primeira fase – de 1933 a 1934 (mais orientada para os problemas económicos):</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ O objectivo é o relançamento da economia, o combate ao desemprego e à miséria; ▪ <u>Medidas financeiras:</u> combinação de técnicas da deflação, que se traduzem na redução dos vencimentos federais e das pensões dos antigos combatentes, com as de uma inflação controlada, o dólar foi desvinculado do padrão-ouro, desvalorização da moeda em cerca de 40% (o que originou a diminuição da dívida externa, a subida dos preços agrícolas e industriais, o aumento do lucro das empresas); Encerramento temporário das instituições bancárias para inspecção; estabelecimento de sanções contra os especuladores; requisição de ouro; ▪ Investimento do Estado em <u>grandes obras</u>, combatendo o desemprego: construção de estradas, vias-férreas, aeroportos, habitações, escolas, barragens hidroeléctricas e fábricas; criação de campos de trabalho para os desempregados mais jovens que se ocupavam, por exemplo, da arborização dos espaços; ▪ Ao nível da <u>agricultura:</u> redução da produção agrícola; empréstimos bonificados aos agricultores; indemnizações pela redução das áreas cultivadas; ▪ Ao nível da <u>indústria:</u> redução da produção industrial, fixação de preços mínimos e máximos de venda e de quotas de produção de forma a evitar a concorrência desleal, garantia de salários mínimos, liberdade sindical, incentivos às empresas cumpridoras; <p><u>Segunda fase – de 1935 a 1938 (mais orientada para os problemas sociais):</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ São assumidos em pleno os princípios do Estado-Providência, o Welfare State – ou seja, o Estado intervém na economia de forma a promover a segurança social, o bem-estar das populações, aumentar o poder de compra dos cidadãos, relançar o crescimento económico; ▪ A Lei Wagner regularizou a reforma por velhice ou invalidez, instituiu o fundo de desemprego e o auxílio aos pobres; ▪ O Fair labor Standard Act estabeleceu o salário mínimo, reduziu para 44h a duração semanal do trabalho; ▪ O National Labor Relations Act veio reforçar o poder dos sindicatos e dificultar a criação de sindicatos manipulados pelo patronato;
<p>Inglaterra (França, Suécia, Noruega, seguiram as mesmas orientações)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Vinha já a adoptar medidas deste tipo mesmo antes da crise de 1929; ▪ Criou os subsídios de desemprego, viuvez, orfandade, velhice; ▪ Promulgou legislação sobre habitação social, acompanhada da construção de bairros de renda económica, equipados com água, instalações sanitárias e electricidade; ▪ Regulamentaram o direito a férias pagas; ▪ Atribuição de créditos bonificados na agricultura e indústria; ▪ Incentivo ao consumo de produtos nacionais; desenvolvimento do comércio com as colónias;
<p>Espanha</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ditadura de Primo de Rivera (1923-1930). ▪ Em 1931, queda da monarquia e deposição do rei Alexandre XIII; é instituída a 2ª República «República democrática dos trabalhadores de todas as classes». ▪ Derrotados pela direita nas eleições de 1933, as forças de esquerda fizeram uma coligação - a Frente Popular – com socialistas, comunistas, anarquistas e sindicatos operários. ▪ Em Maio de 1936, a Frente Popular sai vitorioso nas eleições e iniciam reformas profundas; ▪ Estes governos determinaram: <ul style="list-style-type: none"> ▪ O parlamentarismo em absoluto, com uma única Câmara; ▪ Sufrágio universal alargado às mulheres; ▪ A separação da Igreja e do Estado; ▪ O ensino laico;

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A lei do divórcio; ▪ O direito à greve; ▪ O direito à ocupação das terras não cultivadas (reforma agrária); ▪ O aumento dos salários; ▪ No mesmo ano, em Julho, uma coligação de monárquicos, conservadores e falangistas, a Frente Nacional, combateram a Frente Popular dando origem à Guerra Civil de Espanha. O pronunciamento militar do general Franco em Marrocos foi o marco para o início desta guerra civil. A intervenção estrangeira neste conflito transformou-o num confronto entre potências e num trágico laboratório da Segunda Guerra Mundial; ▪ Apesar oposição da SDN, a Itália e a Alemanha, apoiaram o exército da Frente Nacional com homens, armas e aviões. A URSS e as Brigadas Internacionais (voluntários de vários países) ajudaram a Frente Popular. ▪ Os nacionalistas de Franco ganharam a guerra em 1939. A Espanha manteve o regime fascista até 1975.
<p style="text-align: center;">França</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apesar da amplitude da <u>crise de 1929</u> ter sido, em França, menor do que nos EUA, também este país sofreu um período longo de recessão: o número de desempregados aumentou consideravelmente, as classes médias, os agricultores e os operários foram especialmente afectados pela crise. Por outro lado, o avanço nazi começa a gerar, na Europa, algumas inquietações, promovendo a união de forças anti-fascistas. ▪ Os governos insistiam em políticas deflacionistas; ▪ Neste contexto, as facções políticas de esquerda defendiam o intervencionismo de Estado para a resolução dos problemas; a direita, apoiada por ex-combatentes, oficiais do exército, capitalistas e alguns intelectuais, reclamava uma intervenção autoritária, criando um ambiente de forte contestação ao regime parlamentar. ▪ Em Fevereiro de 1934, uma manifestação das ligas em Paris resultou num motim que provocou a demissão do governo; ▪ As crescentes manifestações de violência da extrema-direita deram origem à constituição de uma ampla coligação de esquerda designada de <u>Frente Popular</u> (resultou da união de radicais, comunistas, socialistas). Obtêm a vitória nas eleições de 1936 e traçam como objectivo crucial da sua acção o combate ao fascismo. ▪ Os governos da <u>Frente Popular</u> mantiveram-se entre 1936 e 1938 (liderados por socialistas e radicais e apoiados por comunistas); ▪ Um movimento grevista com ocupação de fábricas e que afectou as indústrias automóvel e aeronáutica, grandes armazéns, bancos e escritórios, deu origem a uma importante legislação social: <ul style="list-style-type: none"> ○ A actuação destes governos pretendia dignificar os trabalhadores e combater a crise; ○ Foram então celebrados os «Acordos de Matignon» que implicavam, em cada empresa, a assinatura dos contratos colectivos de trabalho entre empregadores e assalariados e que implicavam a aceitação da liberdade sindical; ○ Outros diplomas garantiram a limitação para 40 horas de trabalho semanal; 15 dias de férias por ano (pagas); ○ Foi estimulado o poder de compra dos trabalhadores; ○ Foram nacionalizadas as fábricas de armamento; ○ Regularizada a produção e preço dos cereais; ○ O Estado passou a controlar o Banco de França; ○ Desvalorização da moeda; ○ A escolaridade obrigatória foi alargada até aos 14 anos; ○ Foram criados albergues da juventude; ○ Incrementados os desportos em massa, o cinema e o teatro populares; ▪ Minada por querelas internas, a Frente Popular, da qual se destacou o socialista Léon Blum (Primeiro-Ministro), acabou por sucumbir face à oposição dos empresários e devido ao fracasso económico das medidas do governo.

- Na verdade, no início, estas medidas permitiram um aumento das reservas de ouro e uma subida dos índices de produção industrial. Contudo, a crise económica não se resolve, o défice orçamental mantém-se, os preços sobem. Os empresários mostram-se descontentes.
- A partir de 1937, Blum demite-se, sobem ao poder os radicais, apoiados pelas forças de centro e direita, para as reformas sociais.